

2016

# Boletim Conjuntural

## Segundo Trimestre



## **Apresentação**

O Conselho Regional de Economia do Ceará (Corecon-CE), disponibiliza, trimestralmente, um Boletim Conjuntural com uma análise das perspectivas da economia nacional, regional e local, priorizando eixos de grande relevância para a economia.

A análise do segundo trimestre de 2016, foi elaborada pelo atual presidente do conselho, o economista Edilson Azim Sarriune, e por quatro conselheiros do Corecon-CE, são estes: Allisson Martins, Célio Fernando, Izabel Christina Colares e Marcos Albuquerque. O boletim do segundo trimestre encontra-se disponível no site do Corecon-CE, assim, possibilita aos leitores uma fácil atualização e um maior entendimento sobre as políticas econômicas do país. Neste boletim, apresentamos os temas: Emprego e Renda, Previdência Privada, Mercado de Crédito, Perícia Econômica e Gastos Públicos e Plano de Estado.

**Edilson Azim Sarriune - presidente do Corecon-CE**

## Desemprego Aumenta e Nível de Renda Diminui



**Edilson Azim Sarriune**

*Presidente do Conselho Regional de Economia do Ceará*

O cenário econômico apresentou no último trimestre / Abril de 2016, a maior taxa de desemprego desde 2012, segundo o IBGE /PNAD, passando de 10,2% em Fevereiro para 11,2% em abril/2016, representando uma população desempregada de 11.411.000 pessoas.

O desemprego cresceu porque mais pessoas entraram no mercado de trabalho e não encontraram uma ocupação e também porque o número de demissões aumentou.

A população desempregada cresceu 40,3% no trimestre até maio sobre o mesmo período do ano passado, um acréscimo de 3,3 milhões de pessoas. Na comparação com o trimestre até fevereiro, houve alta de 10,3% (mais 1,07 milhão de pessoas). Com isso, o conjunto de desempregados somou 11,4 milhões de pessoas no trimestre encerrado em maio, ante 8,157 milhões. O trimestre findo em maio contou com 1,5 milhão a menos de trabalhadores com carteira assinada, perante um ano antes. A queda de 4,2% é maior para o período desde 2012, início da pesquisa. O número de trabalhadores por conta própria também cresceu no último ano, subiu 4,3% ante o trimestre encerrado em maio do ano passado, ganhou mais de 950 mil pessoas.

O levantamento trouxe ainda que o nível de ocupação caiu para 54,7% no trimestre até maio, ante o trimestre de Fevereiro que foi de 55,1%. A população na força de trabalho, também conhecida por economicamente ativa, aumentou 2% (2,028 milhões), comparação com o trimestre até fevereiro.

A chamada população fora da força de trabalho (inativa) aumentou 146 mil pessoas (0,2%), para 63,842 milhões de pessoas no trimestre até Abril/2016. Além do aumento do desemprego, a Pnad Contínua mostrou queda no rendimento das pessoas ocupadas. O valor médio habitualmente recebido em todos os trabalhos, de R\$ 1.982, diminuiu 2,7% no confronto com igual período do ano passado, quando era de R\$ 2.037. A massa de rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas foi estimada em R\$ 175,6 bilhões, queda de 3,3% em relação a 2015.

## A Previdência Complementar - Fonte de poupança para o País



**Izabel Christina de Carvalho Colares Maia**

*Economista da Audiplan Consultoria Empresarial SS e conselheira do Corecon-CE*

O sistema de previdência complementar ou privada, tanto no Brasil quanto no mundo inteiro, desempenha relevante papel econômico e social, mediante duas funções principais: garantir no médio e longo prazo os recursos necessários para assegurar o pagamento de aposentadorias e pensões dos seus participantes e associados, bem como contribuir para a formação de fundos de poupança compulsória que auxiliam no financiamento da economia em geral.

A previdência privada está segregada em dois níveis: a) o das entidades fechadas destinada aos empregados de determinadas empresas, grupo de empresas, sindicatos, instituidores etc; e b) o das entidades abertas acessível a qualquer cidadão.

No Brasil a previdência complementar fechada está regulamentada pelas Leis Complementares nº 108 e 109/2001.

Daremos maior ênfase aos Fundos de Pensão que administram os recursos das entidades fechadas de previdência privada. Estes não visam lucro e as contribuições para formação dos fundos originam-se de duas fontes: do trabalhador participante e de sua empresa empregadora denominada patrocinadora.

Além de sua atividade-fim, que é precipuamente social, as entidades administradoras dos fundos atuam como investidores que possuem uma função econômica relevante para o país, porquanto detém status de único mecanismo institucionalmente amadurecido de formação de poupança estável e de longo prazo.

Os recursos administrados pelos fundos de pensão contribuem como alavanca do desenvolvimento, viabilizando investimentos essenciais, tanto aplicando em títulos governamentais como em projetos econômicos e de infraestrutura. Esses fundos são investidores de perfil conservador, não agem como especuladores, mas sempre tendo a prudência como norte. Além do que, são subordinados a normas reguladoras do sistema que estabelece critérios de aplicação dos recursos visando à segurança do próprio sistema e dos participantes/poupadores.

Segundo publicação no site da Superintendência Nacional de Previdência Complementar-Previc, no Brasil o patrimônio dos 307 fundos de pensão montava em dezembro de 2015, valor em torno de 720,5 bilhões, representando 13% do PIB do país. Entre os 10 maiores fundos de pensão, destaca-se em primeiro lugar a PREVI, fundo dos funcionários do Banco do Brasil, com patrimônio de 156 bilhões.

No Nordeste, tem participação relevante a Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB - Capef, que detém patrimônio de 3,2 bilhões, sendo a segunda colocada em termos de patrimônio na região e uma das que apresentou maior rentabilidade para seus ativos no último exercício de 2015, segundo informações da empresa especializada Aditus Consultoria.

À guisa de informação, dados constantes na edição 845 de abril/2015 da Revista Carta Capital em reportagem sobre Fundos de Pensão indicam que nos Estados Unidos os ativos desses fundos de pensão correspondiam a 113% do PIB, em 2015, no Reino Unido a 131% e na Holanda – 170%.

Assim, fica patente a importância da previdência complementar fechada para todos os atores envolvidos: a) os participantes/associados mediante a garantia de uma renda complementar em torno de 65% do montante quando da vida laboral, assegurando-lhes o exercício amplo de cidadania; b) as empresas patrocinadoras que a utilizam como importante ferramenta de RH, permitindo sentimento de segurança ao empregado e boa imagem junto à sociedade; c) as entidades administradoras dos fundos de pensão, que contribuem sobremaneira, por meio da aplicação dos seus investimentos, para o desenvolvimento social e econômico do país.

Por fim, lembramos a todos a necessidade da formação, especialmente entre os jovens, de uma cultura previdenciária, mostrando-lhes que a Previdência Complementar afigura-se como alternativa de renda contínua para garantia de uma aposentadoria tranquila!

## Mercado de Crédito no Ceará



### **Allisson David de Oliveira Martins**

*Professor da UNIFOR e economista do Banco do Nordeste e ex-presidente do Corecon-CE*

Infelizmente as notícias pessimistas no cenário econômico nacional e local continuam brotando. Desta vez é o crédito. No Ceará, segundo Informações do Banco Central, o saldo das operações de crédito no estado registrou R\$ 64,6 Bilhões em maio de 2016, ante R\$ 61,2 Bilhões no mesmo mês do ano anterior, o que descontando os efeitos do processo inflacionário, representa retração real de 4,9%.

Nos tempos áureos do crescimento econômico, fundamentalmente baseado no consumo, onde o crédito era o combustível da atividade econômica, chegou-se em 2008 o mercado de crédito a atingir crescimento nominal de 47,8% ao ano. Entre os tomadores de crédito, na comparação com o observado em maio do ano passado, as pessoas físicas, que demandam crédito essencialmente para consumo, apresentaram queda real de 3,2%, enquanto que as pessoas jurídicas, onde direcionam recursos para produção e formação de estoques, recuou 6,8%.

Além do resultado quantitativo negativo, verifica-se uma piora qualitativa das operações do crédito no Ceará, haja vista a rápida elevação dos índices de inadimplência ao longo dos últimos meses. O estado registrou no último mês de maio, índice de inadimplência de 4,26%, ante 3,02% em maio de 2015, o que sinaliza uma trajetória crescente das dívidas em atraso no estado.

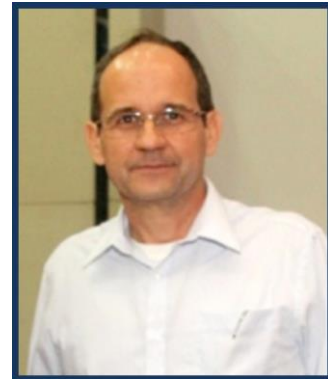
Somente a tempestade econômica se dissipando nos próximos períodos, criando uma ambiência propícia para o soerguimento do crescimento econômico, conjugado com a volta da confiança dos agentes econômicos, é que o mercado de crédito voltará a apresentar resultados positivos.

## Referências

Banco Central do Brasil (Bacen). Economia e finanças: indicadores de conjuntura-gerenciador de séries temporais-economia regional: crédito. Brasília, DF, 2016. Disponível: em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 27 junho. 2016.



## A Perícia Econômico-Financeira



**Marcos Matos Brito de Albuquerque Júnior**

*Economista Perito e mestre em Economia e Finanças pela Universidade Federal do Ceará*

A Perícia Judicial vem nos últimos anos despertado grande interesse por parte de diversos profissionais, assim como dos economistas. Os profissionais de economia são plenamente habilitados para realização de perícias econômico-financeiras quais sejam, aquelas que consistem em exames, avaliação e vistoria da aplicação de indexadores e taxas de juros em operações bancárias (Cheque Especial, Leasing, Cédulas de Crédito rural, comercial e industrial), Sistema Financeiro de Habitação, factoring, Liquidações de Sentenças, atualização de valores e ainda recuperação de empresas.

Os peritos são auxiliares da justiça e tem como objetivo principal a busca e demonstração da verdade por meio da utilização de técnicas científicas e, portanto, exige alto grau de conhecimento técnico, constante atualização das técnicas e da legislação aplicadas em cada caso além de independência na conformação de suas análises. É o profissional que, em função da matéria abordada nos autos, vai auxiliar aos magistrados, bem como os advogados, para esclarecer aspectos técnicos inerentes à sua profissão. Tais aspectos podem ser pertinentes a diversas áreas do conhecimento, bastando inicialmente curso superior na área em que transcorrer a perícia (economistas fazem perícias econômico-financeiras; engenheiros fazem perícias de engenharia; médicos de medicina; contabilistas perícias contábeis, entre outras). O perito judicial é chamado para esclarecer dúvidas técnicas e científicas de processos judiciais, através dos conhecimentos que obteve na universidade. Os laudos periciais e pareceres, pelos quais é responsável, será uma prova no processo. Ao se valer deste procedimento, os magistrados determinam sua realização denominando tais peças rotineiramente de perícias. Com efeito, por mais capaz que seja o

magistrado, pode-lhe faltar algum conhecimento técnico ou científico em determinada área, e, nesta circunstância, a Lei outorga-lhe a faculdade de recorrer a uma pessoa de elevada e reconhecida capacidade profissional para auxiliá-lo na busca de elementos de convicção para decidir.

Sabemos que as perícias de natureza econômico-financeira são aquelas que examinam fatos e situações inerentes aos mercados, as finanças, aos juros entre outros conhecidos ciclos da economia. Pois, ao economista cabem analisar e interpretar os fenômenos que estão atrás dos atos registrados. Exige, por exemplo, capacitação técnica para realizar estudos comparativos de índices e formação de indicadores econômicos, ao tratar da análise da correção monetária de contratos, de mercados e de setores econômicos nas avaliações de empresas, de custos formação de preços entre outros.

Acreditamos ser esta mais uma oportunidade para o fortalecimento da profissão do economista, como também mais um nicho de mercado de trabalho para aqueles que desejarem trilhar o caminho das Perícias Judiciais e Extrajudiciais.

## O Gigante pela Própria Natureza Continua a Dormir em Berço Esplêndido



**Célio Fernando Bezerra Melo**

*Economista e conselheiro do Corecon-CE*

Brasil, uma das maiores riquezas do mundo (PIB) convive com uma das maiores desigualdades sociais do planeta (GINI). Temos desequilíbrios de todas as ordens: insegurança pública, saúde precária, educação deixando muito a desejar, falta de saneamento básico, rodovias inacabadas etc. A dívida crescendo sem limites e sem rumo, favorecida pelas altas taxas de juros de um País de muitas desconfianças. O resultado é a queda do nível de atividade. O sistema político deformado e com muitas patologias emprega retóricas de populismo ou de direita ou de esquerda. O Estado brasileiro se incha, ainda remunerando mal os servidores dos poderes, e é ineficiente por aparelhamentos partidários e de grupos de interesses, sem escrúpulos no uso da lei da vantagem, ancorados em corrupções e cobiças do poder pelo poder. O Brasil precisa urgente de um Plano de Estado para direcionar a sua matriz produtiva e de infraestruturas, que atendam a nossa sociedade. Precisa de desenvolvimento. Nosso País nos últimos 20 anos avançou nos indicadores de desenvolvimento humano-IDH com um crescimento alocativo significativo nos gastos de proteção social, dados do PNUD<sup>1</sup> e MPOG-SOF<sup>2</sup>. A participação relativa dos gastos totais (excetuando amortizações e serviço da dívida) em proteção social em 1995 era de 64,34% e em 2015 chegou a 77,15%, enquanto o IDH foi de 0,65 para 0,76, no mesmo período. Houve eficácia no gasto público em proteção social em relação ao indicador de desenvolvimento humano, uma aparente conquista. Se houve eficiência na forma

---

<sup>1</sup> Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

<sup>2</sup> Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretaria do Orçamento Federal.

como os programas sociais foram executados? Isso é outra análise. Mas, a proporção de gastos em proteção social foi superior à variação alcançada pelo IDH, no período analisado. Enquanto em produção e infraestrutura, considerando a classificação de alocação da SOF, de 1995 a 2015, a alocação de gastos foi de 10,11% para 5,56%, uma trajetória em queda. Uma questão é certa: os gastos encontram seus ciclos virtuosos com a proximidade das eleições de maneira desordenada e sem objetivos de longo prazo. A Nação sofre mais. Hora de o gigante acordar.